

A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19

The Necropolitics and Neoliberalism in the Context of COVID-19

ROGÉRIO LUÍS DA ROCHA SEIXAS*

Resumo: Dentro de nossa proposta de discussão, desenvolveremos considerações que julgamos importantes com referência à noção de Necropolítica, enquanto política de morte e ao sentido de exercício do necropoder, propostas pelo pensador camaronês Achille Mbembe e como essas se desenrolam no contexto atual da pandemia da COVID-19. Exporemos de modo crítico que pandemias deste tipo são, sobretudo, fomentadas por políticas que trazem consigo pulsões de morte, ou seja, o exercício pleno da necropolítica. Problematizaremos assim, à luz dos aportes teóricos da reflexão de Mbembe, algumas questões políticas e éticas presentes no contexto da eclosão da pandemia do Coronavírus, objetivando também analisar aspectos de nossa atualidade política, marcada por uma lógica neoliberal hegemônica e intensamente destrutiva, presente na forma da gestão das condições de saúde e da vida da população, por parte dos Estados contemporâneos, que em seu exercício de soberania de fazer matar, o exercem sob uma perspectiva que decide, justamente, em que momento a vida de uma determinada população ou subgrupo deixa de ser economicamente relevante e, conseqüentemente, pode ser eliminada. Expressa-se o trabalho de morte da política sobre os indivíduos considerados supérfluos, segundo a lógica neoliberal atual e que, na condição de não mais requisitados a despenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo, são consideradas vidas sacrificáveis e elimináveis.

Palavras-chave: COVID-19. Lógica Neoliberal. Necropoder. Necropolítica.

* Rogério Luís da Rocha Seixas é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do curso de especialização em Direitos Humanos, Racismo e Saúde (DIHS)/Fiocruz-RJ/ENSP. Contato: rogeriosrjb@gmail.com

Abstract: Within our discussion proposal, we will develop considerations that we consider important with reference to the notion of Necropolitics, as a policy of death and the sense of exercise of the necropower, proposed by the Cameroonian thinker Achille Mbembe and how these unfold in the current context of the Covidian pandemic-19. We will critically expose that pandemics of this type are mainly fostered by policies that bring death impulses, that is, the full exercise of necropolitics. Thus, in the light of Mbembe's theoretical contributions, we will problematize some political and ethical issues present in the context of the outbreak of the Coronavirus pandemic, also aiming to analyze aspects of our political current, marked by a hegemonic and intensely destructive neoliberal logic, present in the form the management of the health and life conditions of the population by contemporary States, which in their exercise of sovereignty to kill, exercise it under a perspective that decides exactly when the life of a given population or subgroup ceases to be economically relevant and, consequently, can be eliminated. The death work of politics is expressed on individuals considered superfluous according to the current neoliberal logic and who, as they are no longer required to spend their workforce within a broad productive process, are considered sacrificable and eliminable lives.

Keywords: COVID-19. Neoliberal Logic. Necropower. Necropolitics.

Introdução

Em seu curso denominado *É Preciso Defender a Sociedade*, Michel Foucault faz um alerta, a respeito do caráter paradoxal da biopolítica que se insere no “fazer viver e deixar morrer”, pois se deve reconhecer o poder de morte da biopolítica e por consequência, do biopoder. Mas como um poder de fazer viver, promover a vida, e em realidade pode deixar morrer ou mesmo levar à morte? A resposta encontra-se na intervenção do racismo de Estado, gerenciando modos de eliminação de subjetividades constituídas e classificadas, enquanto indesejáveis, inúteis e descartáveis, para saúde e bom funcionamento do corpo social. Eliminação que passa pela exclusão de determinados grupos ou indivíduos de seus ditos direitos, por exemplo, à assistência social e serviços de saúde, por serem considerados não gestáveis. Ou como destaca o próprio Foucault: “O fato de expor pessoas à morte, de multiplicar para elas o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a exclusão, etc.” (FOUCAULT, 2006, p. 228-229). Não podemos deixar de destacar um outro ponto essencial: uma

ligação direta do biopoder ao capitalismo. Neste caso, trata-se de compreender como o aumento e o confisco das riquezas supõem o desenvolvimento de poderes que capturam as forças vitais para fazer com que participem do processo de criação de riquezas. Citando o pensador: Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava. Isto é, a condição biológica, o somático, o corporal. Assim, o corpo transforma-se em uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2001, p. 210). A gestão biopolítica se inscreve na história do liberalismo político e por consequência, na estrutura neoliberal que experienciamos em nossa atualidade. Ressalte-se que o racismo é a condição para a prática do direito de morte, numa configuração neoliberal e biopolítica do poder. O extermínio e os massacres justificam-se segundo a lógica predominante da racionalidade neoliberal atual. Pode-se descrever um mecanismo para promoção da vida, visando o fortalecimento da espécie, explicando e até mesmo justificando, o exercício da violência biopolítica que causa a morte dos inferiores e indesejáveis. Dentro de uma perspectiva em que toda e qualquer dimensão da vida social deve, de alguma forma, estar subsumida e incorporada à lógica do capital, tudo aquilo que se mostrar imune ou representar algum obstáculo à mercantilização plena da vida, deverá ser eliminado.

Necropolítica, Racismo e a COVID-19

Em seu ensaio intitulado *Necropolítica*, Achille Mbembe assume que “a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 11). Não se trata apenas do poder de morte, que por si só não consiste em soberania, pois essa, em sua fase extrema, é na verdade aquela que faz viver ou deixa morrer, ou em outros termos, possui o domínio da vida enquanto vida que completa a dominação. Ao atribuir à soberania o poder de decisão sobre a morte, ou seja, de matar ou permitir viver, Mbembe apresenta a política como a morte que vive uma vida, sendo ainda a necropolítica, a subjugação da vida ao poder da morte, que é o necropoder. Esses dois termos são importantes para dar conta dos modos pelos quais “armas são empregadas no interesse da destruição de pessoas e na criação de mundos de morte, novas e únicas formas de existência social, nas quais populações estão sujeitas a condições de vida que conferem a elas o *status* de mortos vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71). A relação entre o Estado de exceção

e a soberania resulta em uma autoridade de matar não somente controlada pelo Estado, mas que passa a ser distribuída por toda a sociedade. O sentido de soberania ganha sua expressão máxima no poder e na capacidade do soberano em decidir quem deve morrer ou viver. O autor formula outra importante indagação, referente à política contemporânea: como a vida, a morte e o corpo humano estão inseridos na ordem do poder? Mbembe defende que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71-72), principalmente que nos auxilie a identificar a possibilidade de matar do poder soberano.

A soberania é descrita como busca constante de um exercício de poder que supera qualquer limite racional e científico. Se para Foucault, a biopolítica ocorre dentro daqueles territórios, nos quais o poder é exercido por meio de contratos sociais, isto é, num contexto majoritariamente europeu, a necropolítica abrange outros territórios, como as colônias africanas. Mbembe acrescenta que a *raça*, assim como o racismo, possui um lugar de destaque na racionalidade do exercício do biopoder, pois afinal, “mais do que o pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente, quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou a dominação a ser exercida sobre eles” (MBEMBE, 2018, p. 18). O autor africano destaca que, em termos foucaultianos, “o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder. Este velho direito soberano de matar” (MBEMBE, 2018, p. 18-19). Sua função seria regular a distribuição da morte e possibilitar as funções biopolíticas de matar, por parte do Estado. Como tecnologia de governo, os seus mecanismos possibilitam ao Estado o controle biológico da população, a partir de instituições, como o sistema de saúde pública, na qual, desde o nascimento, as campanhas de vacinação, internação e isolamento, obituário, tudo é regulado pelas normas estatais. Há um exercício de fazer matar sob uma perspectiva que decide, justamente, em que momento a vida de uma determinada população ou subgrupo, ou mesmo indivíduo, deixa de ser economicamente relevante e, conseqüentemente, pode ser eliminada. Exerce-se o trabalho de morte da política sobre os indivíduos que começam a sobrar, consoante a estrutura neoliberal atual e que não são mais requisitados a despenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo.

Quando observamos o grau de letalidade produzido pela COVID-19, e neste inserindo-se uma forma de genocídio, tal situação não pode ser interpretada

como se o vírus tivesse uma essência malvada em si ou fosse um tipo de castigo divino. Deve-se analisar de modo crítico que pandemias, deste tipo, são sobretudo fomentadas por políticas que trazem consigo pulsões de morte, ou seja, o exercício pleno da necropolítica. Este projeto genocida se concretiza na condição do “poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve morrer (...) quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41). Existe uma estratégia de deixar morrer, que atinge, principalmente, de acordo com Agamben, os “indignos da vida” (AGAMBEN, 2002, p. 128) e, portanto, na nossa interpretação, o genocídio em marcha e a biopolítica se fusionam, na produção intensa de mortes, na tentativa de aniquilar o Outro, sendo este percebido sob a ótica do inimigo e também, sob a lógica da guerra, necessitando portanto, ser exterminado. Deste modo, torna-se imprescindível ressaltar que, inserido na política de morte, identifica-se uma característica própria do racismo micropolítico, reconhecendo-se o Outro como ameaça mortal ou um perigo absoluto, fazendo-se necessária sua eliminação, para reforçar o potencial de vida e manter a segurança de uma população, ou grupo considerado hierarquicamente superior. Trabalhando a partir desta premissa, Mbembe visa identificar a existência de um vínculo entre a política de extermínio e a guerra, na qual a “racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver” (MBEMBE, 2018, p. 20).

Políticas de Morte, Lógica Neoliberal e a COVID-19

Em *Nascimento da biopolítica*, Michel Foucault destaca que para se compreender a biopolítica, deve-se desvelar a lógica da racionalidade política neoliberal que, diferentemente, do liberalismo clássico, visa “reconstituir não o homem do intercâmbio, não o homem consumidor, mas o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2010, p. 175). Passa-se a aplicar o princípio da racionalidade empresarial das condutas e ações dos indivíduos, nas teorias do capital humano. O principal objetivo do neoliberalismo passa a ser o modo de governar, em que a sociedade tenha agora a forma de uma empresa. Esse sistema empresa/sociedade passa a operar com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa problematização, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. Por esta razão. Mbembe descreve a existência de uma verdadeira

economia da violência (BARRIOS, 2012, p. 137), relacionada à formação de um mercado/empresa no corpo social e, simultaneamente, a constituição de uma rede de serviços voltados para a produção da morte na sociedade.

Essa percepção econômica e eventualmente, política, sob o viés de Mbembe, inicia-se na fase mercantilista do capitalismo, quando o negro é transformado em mercadoria, e perdura no neoliberalismo, ampliando-se para outros grupos, que podem ser elimináveis e matáveis, podendo ser colocados como hierarquicamente inferiores quanto à necessidade de assistência social e sanitária, sendo expostos às situações de morte, como no caso de pandemias semelhantes a do Coronavírus. A escalada de mercantilização de diferentes dimensões da vida social, por exemplo, é indissociável desta condição destrutiva da racionalidade neoliberal dos Estados atuais. Em seu ensaio *Crítica da Razão Negra*, o autor ressalta que os corpos são classificados como supérfluos e descartáveis, quando a sua capacidade de trabalho diminui ou cessa, ou ainda, ao não se constituírem mais como necessários ao modo de reprodução próprio do neoliberalismo. O pensador afirma que tal situação representa a inexistência de trabalhadores, propriamente, ditos. Significa dizer que no quadro neoliberal “só existem nômades do trabalho, sendo estes relegados a uma humanidade supérflua, entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (MBEMBE, 2014, p. 17).

A necropolítica define estratégias que resultam na morte de corpos considerados inúteis ou inadaptáveis aos padrões da gestão neoliberal, que se estrutura num sistema baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Tudo aquilo que representar algum obstáculo à mercantilização plena da vida e sua administração deverá ser eliminado. Observe-se que com a mercantilização da vida, paradoxalmente, esta deve ser eliminada. Principalmente, a vida daqueles cuja condição existencial encontra-se precarizada, ao ponto de serem descartáveis.

O pensador camaronês adverte que “a Modernidade sempre esteve nas origens de diferentes e diversificados conceitos de soberania e, por conseguinte, embasando-se na prática da biopolítica” (MBEMBE, 2014, p. 8). Por este motivo, sua reflexão não se limita aos eventos do holocausto judeu e dos governos denominados totalitários. A meta primordial é tratar das “soberanias cujo projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e destruição de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11). Mbembe vai além, afirmando que tais formas de soberania “constituem o *nomos* do espaço político

em que ainda vivemos” (Ibidem, p. 11). Ainda, conforme este pensador, para analisar a soberania na política atual, devem-se utilizar “outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (Ibidem, p. 11-12).

Tal perspectiva nos direciona para outro ponto importante, que se refere ao estudo de Mbembe, acerca dos regimes pós-coloniais africanos, apontando para uma relação direta entre soberania e propriedade, quando, a partir da figura do escravo, afirma-se a desigualdade do poder soberano sobre a vida. Conforme este pensador: “Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor” (Ibidem, p. 29). Coisifica-se a vida de tal maneira, que a manutenção das condições de fazer viver ou a destruição destas para causar a morte obedecem, simplesmente, às decisões e interesses de poder e economia. Na prática, pode-se destacar como exemplo dessa estratégia, o desmonte da coisa pública, em função da coisa privada, para validar a gestão dos meios que garantem aquilo que nos termos observados por Foucault em *É Preciso Defender a Sociedade defesa da sociedade*, fazem com que “o corte entre o que deve viver e morrer” (FOUCAULT, 2006, p. 271) estejam ligados, meramente, aos interesses econômicos e não ao bem-estar geral. Saliente-se que a racionalidade neoliberal, de governar/administrar a vida da população, impõe a necropolítica pela violência, mas que nem sempre esta é explícita, quando, por exemplo, gerenciam-se e determinam-se cortes na saúde pública, criam-se mecanismos para a mercantilização e a privatização da saúde, que deveria ser de acesso à grande maioria, aos mais vulneráveis e necessitados. Temos uma violência discreta. Não matam a tiros os doentes das listas de espera. Mas, quantos morrem nessas listas intermináveis, organizadas pelos gestores da saúde pública, para que a saúde privada possa sugá-la? Tal situação reflete-se no sofrimento e na morte lenta dos doentes, e quando irrompe uma pandemia, como a da Covid-19, devido exatamente ao desmonte da estrutura pública de saúde, os mais vulneráveis passam a ser expostos à morte.

Sob este aspecto, não encontrando valor de produção nos corpos idosos, a lógica neoliberal, associada à necropolítica nos leva, inclusive, a minimizar a consideração pela vida dos idosos, na medida em que pouco mais poderão contribuir para a dinâmica sistêmica da empresa/sociedade, sendo aceitável serem sacrificados, enquanto mais vulneráveis à pandemia. Neste contexto, a necropolítica, quando exercida pelo poder soberano dos Estados modernos, planejados por uma política neoliberal, determina quem irá morrer ou viver, atingindo,

essencialmente, à precariedade das condições e do espaço de vida não apenas dos mais vulneráveis, mas também ameaçando os mais pobres que, com praticamente, pouco ou nenhum acesso ao sistema de saúde, encontram-se expostos às estratégias do necropoder, presentes na disseminação do vírus. Enfatize-se que as políticas de morte, em termos da racionalidade neoliberal, respondem a uma forma de controle social que objetiva se tornar total, buscando contornar as contradições e fissuras sociais inerentes à crise de acumulação do capital.

Destaque-se que além da necropolítica encontrar-se associada ao neoliberalismo, sua prática também indica o surgimento de faces inéditas de estruturas autoritárias, representando uma ameaça à estabilidade de nossas democracias, que se apresentam tão combalidas. Como atesta o pensador: “O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo” (MBEMBE, 2017, p. 4). Perante tal realidade, este autor declara o fim do que identifica como a *era do humanismo*, devido exatamente, à incompatibilidade da estrutura neoliberal com a democracia liberal, pois não se reconhecem mais limites na aplicação das políticas de morte. Conforme o autor argumenta, no texto, *A Era do Humanismo está terminando*:

Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia. Chamar esta fase da nossa história de fascista poderia ser enganoso, a menos que por fascismo estejamos nos referindo à normalização de um estado social da guerra. Tal estado seria em si mesmo um paradoxo, pois, em todo caso, a guerra leva à dissolução do social. No entanto, sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes (MBEMBE, 2017, p. 5-6).

O capitalismo neoliberal deixou, em sua esteira, uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial.

Apesar da pandemia não ser eletiva em seu contágio, sua manifestação demonstra-se extremamente desigual, com relação ao seu tratamento, pois tanto a classe média quanto a alta, encontram uma rede ampla de tratamento intensivo em hospitais privados que, teoricamente, apresentam mais recursos. Em

contrapartida, as classes baixas sequer possuem acesso aos leitos, já superlotados dos hospitais públicos. A morte, neste formato, acentua a condição da putrefação que retroalimenta o lucro. Sob tal configuração, o sacrifício dos descartáveis apresenta-se como condição necessária, havendo a supressão de qualquer mediação jurídico-política-ética. Convenientemente, a exposição à COVID-19 se transforma em mecanismo de eliminação e descarte ideal, pois ao atingir os indivíduos pertencentes aos denominados grupos de risco, como os idosos ou incapacitados para o trabalho, estes tornam-se plenamente sacrificáveis. Sua eliminação ou sacrifício passa a ser justificada em consonância à lógica neoliberal, que visa manter a saúde econômica do corpo social administrável.

Conclusão

Assim sendo, nos moldes da biopolítica, a necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida, como também as de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente, rentáveis e, por consequência, devem ser preservadas, e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta à morte. São corpos não rentáveis para a racionalidade e prática política neoliberal, que não produzindo e não consumindo, são deixados para morrer. E apesar dos tons democráticos sobre o contágio e letalidade da pandemia do Coronavírus, o poder necropolítico de relativizar a importância de determinadas vidas em detrimento de outras, encontra-se repleto de arbitrariedades, que se sobrepõem às preocupações econômicas sobre o valor da vida humana, retratando o poder de morte que emana da racionalidade neoliberal, referentemente à distribuição desigual das oportunidades de viver. Além disso, percebe-se o surgimento e recrudescimento acentuado de autoritarismos políticos, que passam a atuar como princípios cada vez mais intensos, na articulação entre neoliberalismo e necropolítica, tornando-se uma ameaça para as nossas democracias. Em seu núcleo duro, a democracia liberal torna-se cada vez mais incompatível com a racionalidade do capitalismo neoliberal. Não por acaso, Mbembe se recusa a tratar das noções tradicionais de soberania que normatizam nossas democracias, embasadas em discursos de autonomia e autolimitação, para discutir as formas modernas de poder soberano.

A pandemia desvela como o neoliberalismo reinante destruiu e debilitou instituições ligadas a saúde pública e higiene, que são cruciais para enfrentar

uma crise como a que estamos passando. Na realidade, o neoliberalismo, com seu racismo, sua necropolítica, mais as políticas de austeridade e desigualdade de massa em riqueza e poder, aliados ao desmonte do Estado de bem-estar social, configura-se enquanto força letal, que atacando o corpo social, possibilitará o surgimento de pandemias talvez mais letais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2002.

BARRIOS, Juan et al. *Necropolítica, una revisión crítica*. México: Universidad Autónoma de México, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. *Segurança, Território, População*. Cursos do Collège de France. (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

_____. *É Preciso Defender a Sociedade*. Curso do Collège de France (1975-1976). Tradução de Carlos Correia M. de Oliveira. Lisboa: Editora Livros Brasil, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

_____. A Era do Humanismo está terminando. Tradução de André Langer. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos/IHU*- On-line - Edição 186 - São Leopoldo/RS, 2017.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

Artigo recebido em 21/10/2020 e aprovado para publicação em 31/10/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-5>

Como citar:

SEIXAS, Rogério Luís da Rocha. A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 243-252, jul./dez. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br